



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

EDITAL Nº 1/2010

SELEÇÃO DE MONITORIA DA FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS

O COORDENADOR DE MONITORIA DA FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições definidas na Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL, de 10/11/2008, convoca o corpo discente, para inscrição nas provas de seleção para MONITORIA, e comunica ao corpo docente as etapas e a composição das bancas do processo seletivo, conforme o disposto abaixo.

1. O Plano de Monitoria da FDA será executado no ano de 2010 até a data de 30/12/2010, com início das atividades a partir de 03/05/2010.

2. Qualquer aluno poderá inscrever-se para concorrer a vagas de monitoria, desde que atenda aos requisitos definidos no art. 12 da Resolução supracitada, quais sejam:

I - ser discente regularmente matriculado em curso de graduação da UFAL;

II - ter sido aprovado na disciplina/área do conhecimento em que pretende ser monitor, com no mínimo média 7 (sete);¹

III - ser aprovado no processo seletivo para a monitoria com, no mínimo, média 7 (sete);

IV - dispor de 12 (doze) horas semanais para as atividades de monitoria.

3. A inscrição deverá realizar-se mediante requerimento do interessado, dirigido ao Diretor da UA (ANEXO I), no período compreendido entre o dia 5 de abril de 2010 até o dia 8 de abril de 2010, no horário de funcionamento da Secretaria do Curso de Direito, que deverá ser devidamente instruído com:

¹ Este critério poderá ser dispensado para os alunos dos últimos semestres.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

I – Histórico Escolar; e

II – Comprovante de Matrícula no semestre em curso.

4. No caso de cancelamento da bolsa, ela será disponibilizada entre os Monitores não contemplados, adotando-se a ordem de classificação.

5. Excetuando-se a remuneração, todos os direitos e deveres previstos aos monitores com bolsa aplicam-se, indistintamente, aos monitores com ou sem bolsa.

6. Não terá direito à bolsa de monitoria o discente que já tiver outro tipo de bolsa, seja dos Programas da UFAL ou de outros órgãos financiadores.

7. Na hipótese de não haver candidato classificado na disciplina em que ocorreu o cancelamento da bolsa, esta deverá ser realocada para outra disciplina, prevista no Plano de Monitoria, observados os seguintes critérios de desempate:

I – Número de disciplinas sob responsabilidade do docente;

II – Carga horária do docente; e

III – Atividades de gestão, extensão e pesquisa realizadas pelo docente.

8. Os resultados da seleção deverão chegar à Coordenação da Monitoria da FDA até o dia 26.04.2010, impreterivelmente, e deverão conter os Termos de Compromissos assinados pelos aprovados e pelos seus respectivos Orientadores.

9. São objetivos do Programa de Monitoria da FDA:

I - despertar no segmento discente o interesse pela docência, estimulando o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao seu exercício;

II - promover a melhoria do ensino de graduação através da interação dos monitores com os segmentos docente e discente;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

- III - compreender a *Ética* como princípio que perpassa a formação da docência;
- IV - criar condições para o monitor aprofundar seus conhecimentos na disciplina/área, objeto do processo seletivo, em conformidade com o Projeto Pedagógico de cada Curso;
- V - auxiliar o professor em suas atividades acadêmicas de ensino, associadas com a pesquisa e a extensão.

10. São atribuições do Monitor:

- I - Desenvolver a compreensão e a percepção crítica das informações e argumentos contidos em textos doutrinários;
- II - Identificar dúvidas dos alunos sobre a disciplina lecionada, facilitando o contato entre o aluno e o professor, buscando a compreensão da matéria;
- III - Fornecer instrumentos para a construção de conceitos jurídicos a partir da análise jurisprudencial e doutrinária;
- IV - Desenvolver recursos didático-pedagógicos auxiliares ou complementares às atividades formais de sala de aula;
- V - Desenvolver apresentações orais ou seminários para os alunos, sob supervisão do professor, para despertar o interesse pelas atividades de docência;
- VI - Participar, obrigatoriamente, do grupo de estudo coordenado pelo Professor Orientador;
- VII - Reunir-se, sempre que necessário, com o Professor-Orientador para analisar, discutir e avaliar a prática por eles desenvolvida;
- VIII - Participar e ajudar a organizar, sempre que possível, os eventos a serem promovidos pela Faculdade de Direito de Alagoas, ou outros órgãos desta Instituição Ensino Superior. As atividades desenvolvidas devem estar relacionadas à disciplina objeto da monitoria e podem ser representados em seminários, cursos, debates, sessões de estudo, experiência de trabalhos acadêmicos diversos e outras atribuições de acordo com a orientação do professor-orientador;
- IX - Participar, integralmente, das atividades do Congresso Acadêmico;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

X - Participar em oficinas para redação de atos e peças relacionados com o ementário da disciplina a que se encontrar vinculado; e

XI - avaliar o desenvolvimento do seu Roteiro de Atividades em interação com o seu orientador.

11. Das vedações ao monitor:

I - Ministras aulas curriculares, na ausência do docente em Sala de Aula;

II - Desenvolver funções meramente burocráticas.

12. Das atribuições do Professor Orientador:

I - participar da elaboração do Roteiro de Atividades da disciplina que leciona e que esteja vinculada ao Plano de Monitoria da Unidade Acadêmica;

II - integrar a Coordenação de Monitoria;

III - orientar e assistir o monitor no desenvolvimento de suas atividades específicas, acompanhando-o no cumprimento de suas atribuições;

IV – avaliar, semestralmente, o desempenho do(s) monitor(es), no desenvolvimento do Roteiro de Atividades que está sob sua responsabilidade;

V – encaminhar à Coordenação do Programa de Monitoria da FDA a frequência mensal dos monitores com e sem bolsa até o dia 25 de cada mês;

VI – encaminhar à coordenação do Programa de Monitoria da FDA o Relatório Final dos monitores com e sem bolsa até o dia 17 de dezembro de 2010.

13. Do acompanhamento e avaliação pelo Professor Orientador:

São critérios de acompanhamento e avaliação que devem ser levados em consideração pelo Professor Orientador:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

I - O espírito criativo, a curiosidade científica e o envolvimento do monitor no desenvolvimento de suas atividades;

II - A capacidade de relacionamento do monitor com os alunos da disciplina e com o professor-orientador;

III - A capacidade de planejamento e as ações de ensino e aprendizagem do monitor, a partir do levantamento das reais necessidades dos alunos, levando em consideração seu grau de conhecimento na disciplina;

IV - A assiduidade, a disponibilidade e o domínio do conteúdo da disciplina, no atendimento aos alunos em dificuldade de aprendizagem.

14. O procedimento para a realização das provas se dará da seguinte forma: 1. Sorteio do Ponto; 2. 1 (uma) hora para a realização de dissertação sobre o tema sorteado; 3. Prova oral sobre outro tema que venha a ser sorteado, no qual cada discente deverá responder a pergunta direta e objetiva de cada membro da banca (duração de 40 (quarenta) minutos para todos os candidatos); 4. Entrevista com cada candidato, sem caráter classificatório ou eliminatório, com duração de 20 (vinte) minutos para todos os candidatos.

15. A composição das bancas e o calendário de realização das provas do Programa de Monitoria da FDA seguem disciplinados no Anexo II deste Edital.

16. Os conteúdos programáticos exigidos seguem na forma do Anexo III deste Edital.

Maceió, 4 de abril de 2010.

Filipe Lôbo Gomes
Coordenador de Monitoria da FDA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

ANEXO I – REQUERIMENTO

ILMO. SR. DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS

Assunto: Inscrição no processo seletivo do Programa de Monitoria da FDA

_____, discente devidamente matriculado nesta Unidade Acadêmica, venho, mui respeitosamente, tempestivamente, requerer se digne deferir minha inscrição no processo seletivo para a monitoria da disciplina _____, () com bolsa, e/ou () sem bolsa, por entender preenchidos os requisitos da Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL, de 10/11/2008.

Reporto, por oportuno, que o presente requerimento segue devidamente acompanhado do comprovante de matrícula do semestre em curso e do histórico escolar do requerente.

Por fim, declaro, para os fins que se fizerem necessários, que tenho a disponibilidade de 12 (doze) horas semanais para o desenvolvimento das atividades de monitoria e que não acumulo outro tipo de bolsa, seja dos Programas da UFAL, ou de outros órgãos financiadores.

Maceió, ____ de _____ de 2010.

Assinatura do discente

Nº de matrícula



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

**ANEXO II – DIAS/HORAS E COMPOSIÇÕES DAS BANCAS DE MONITORIA
(OBSERVAÇÃO – BANCAS SUJEITAS À ALTERAÇÃO DO HORÁRIO)**

DISCIPLINA	BOLSA
FILOSOFIA DO DIREITO I	Sim – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Dr. Adrualdo de Lima Catão	
Titular - Profa. Dra. Olga Jubert Gouveia Krell	
Suplente – Profa. Msc. Lavínia Cavalcanti Lima Cunha	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
FILOSOFIA DO DIREITO I e II	Não – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Dr. Adrualdo de Lima Catão	
Titular - Profa. Dra. Olga Jubert Gouveia Krell	
Suplente – Profa. Msc. Lavínia Cavalcanti Lima Cunha	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL I	SIM – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Prof. Dr. Alberto Jorge Correia de Barros Lima	
Titular – Prof. Msc. Welton Roberto	
Suplente – Prof. Esp. Dilmar Camerino	
DATA/HORA/LOCAL	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

12-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO INTERNACIONAL I E II	Não – 2 VAGAS
BANCA	
Titular – Presidente Profa. Dra. Alessandra Marchioni	
Titular – Prof. Dr. George Sarmiento Lins Júnior	
Suplente – Prof. Dr. Andreas J. Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
12/04/2010/8h00min às 10h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO FINANCEIRO	SIM – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Dr. Gabriel Ivo	
Titular – Prof. Dr. Manoel Cavalcante Lima Neto	
Suplente – Prof. Msc. Filipe Lobo Gomes	
DATA/HORA/LOCAL	
14/04/2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
PROCESSO CONSTITUCIONAL	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Dr. Gabriel Ivo	
Titular – Prof. Msc. Beclaute Oliveira Silva	
Suplente – Prof. Msc. Pedro Henrique P. Nogueira	
DATA/HORA/LOCAL	
14/04/2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO TRIBUTÁRIO	NÃO – 2 VAGAS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

BANCA
Titular – Presidente Prof. Dr. Manoel Cavalcante Lima Neto
Titular - Presidente Prof. Dr. Gabriel Ivo
Suplente - Prof. Msc. Filipe Lobo Gomes
DATA/HORA/LOCAL
14/04/2010/10h00min às 12h00min/FDA

DISCIPLINA	BOLSA
METODOLOGIA CIENTÍFICA	SIM – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Profa. Msc. Lavínia Cavalcanti Lima Cunha	
Titular - Presidente Prof. Dr. Adrualdo de Lima Catão	
Suplente – Profa. Dra. Olga Jubert Gouveia Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
METODOLOGIA CIENTÍFICA	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Profa. Msc. Lavínia Cavalcanti Lima Cunha	
Titular - Presidente Prof. Dr. Adrualdo de Lima Catão	
Suplente – Profa. Dra. Olga Jubert Gouveia Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	SIM – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Prof. Msc. Beclaute Oliveira Silva	
Suplente – Prof. Msc. Pedro Henrique P. Nogueira	
Suplente – Prof. Dr. Frederico Dantas	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

DATA/HORA/LOCAL
12-04-2010/08h00min às 10h00min/ FDA

DISCIPLINA	BOLSA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Prof. Msc. Beclaute Oliveira Silva	
Suplente – Prof. Msc. Pedro Henrique P. Nogueira	
Suplente – Prof. Dr. Frederico Dantas	
DATA/HORA/LOCAL	
12-04-2010/08h00min às 10h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO ADMINISTRATIVO II	NÃO – 2 VAGAS – 1 noturno e 1 diurno
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Filipe Lôbo Gomes	
Titular – Prof. Msc. Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim	
Suplente – Prof. Dr. Andreas J. Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO ADMINISTRATIVO III	SIM – 1 VAGA - Diurno
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Filipe Lôbo Gomes	
Titular – Prof. Msc. Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim	
Suplente – Prof. Dr. Andreas J. Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
------------	-------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

DIREITO ADMINISTRATIVO III	NÃO – 2 VAGA – 1 Diurno e 1 Noturno
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Filipe Lôbo Gomes	
Titular – Prof. Msc. Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim	
Suplente – Prof. Dr. Andreas J. Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	SIM – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Dr. George Sarmento Lins Júnior	
Titular – Profa. Dra. Alessandra Marchioni	
Suplente – Prof. Dr. Andreas J. Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
12/04/2010/8h00min às 10h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITOS FUNDAMENTAIS	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Dr. George Sarmento Lins Júnior	
Titular – Profa. Dra. Alessandra Marchioni	
Suplente – Prof. Dr. Andreas J. Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
12/04/2010/8h00min às 10h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO DO TRABALHO I E II	NÃO – 2 VAGAS
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. João Leite de Arruda Alencar	
Titular Prof. Msc. Jasiel Ivo	
Suplente Prof. Msc. Flávio Luiz da Costa	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

DATA/HORA/LOCAL
16-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA

DISCIPLINA	BOLSA
TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	SIM – 1 VAGA
BANCA	
Titular - Presidente Prof. Msc. José Barros	
Titular - Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
Suplente - Prof. Dr. Marcos Bernardes de Mello	
DATA/HORA/LOCAL	
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
OBRIGAÇÕES	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular - Presidente Prof. Msc. José Barros	
Titular - Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
Suplente - Prof. Dr. Marcos Bernardes de Mello	
DATA/HORA/LOCAL	
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO EMPRESARIAL I	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. José Barros	
Titular Prof. Dr. Querino Mallmann	
Suplente - Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
DATA/HORA/LOCAL	
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
------------	-------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

DIREITO EMPRESARIAL II	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. José Barros	
Titular - Prof. Dr. Querino Mallmann	
Suplente - Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
DATA/HORA/LOCAL	
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO EMPRESARIAL I E II	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Dr. Querino Mallmann	
Titular - Prof. Msc. José Barros	
Suplente - Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
DATA/HORA/LOCAL	
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
CONTRATOS	SIM – 1 VAGA (DIURNO)
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
Titular - Prof. Msc. José Barros	
Suplente - Prof. Dr. Marcos Bernardes de Mello	
DATA/HORA/LOCAL	
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
CONTRATOS	NÃO – 1 VAGA (NOTURNO)
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
Titular - Prof. Msc. José Barros	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

Suplente - Prof. Dr. Marcos Bernardes de Mello
DATA/HORA/LOCAL
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA

DISCIPLINA	BOLSA
RESPONSABILIDADE CIVIL	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
Titular - Prof. Msc. José Barros	
Suplente - Prof. Dr. Marcos Bernardes de Mello	
DATA/HORA/LOCAL	
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	Não – 1 VAGA
BANCA	
Titular - Presidente Prof. Dr. Marcos Bernardes de Mello	
Titular - Prof. Msc. José Barros	
Suplente - Prof. Msc. Marcos Augusto de A. Ehrhardt Junior	
DATA/HORA/LOCAL	
15-04-2010/10h00min às 12h00min/FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
DIREITO ADMINISTRATIVO I	NÃO – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim	
Titular – Prof. Msc. Filipe Lôbo Gomes	
Suplente – Prof. Dr. Andreas J. Krell	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas

DISCIPLINA	BOLSA
SOCIOLOGIA DO DIREITO I E II	SIM – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Profa. Dra. Olga Jubert Gouveia Krell	
Titular -	
Suplente – Profa. Msc. Lavínia Cavalcanti Lima Cunha	
DATA/HORA/LOCAL	
13-04-2010/10h00min às 12h00min/ FDA	

DISCIPLINA	BOLSA
PRÁTICA JURÍDICA	SIM – 1 VAGA
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Maurício André Barros Pita	
Titular – Prof. Msc. Beclaute Oliveira Silva	
Suplente – Prof. Msc. Pedro Henrique P. Nogueira	
DATA/HORA/LOCAL	
12-04-2010/10h00min às 12h00min/ Escritório Modelo	

DISCIPLINA	BOLSA
PRÁTICA JURÍDICA	NÃO – 3 VAGAS
BANCA	
Titular – Presidente Prof. Msc. Maurício André Barros Pita	
Titular – Prof. Msc. Beclaute Oliveira Silva	
Suplente – Prof. Msc. Pedro Henrique P. Nogueira	
DATA/HORA/LOCAL	
12-04-2010/10h00min às 12h00min/ Escritório Modelo	



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

ANEXO III – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

**ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR ALBERTO JORGE CORREIA DE
BARROS LIMA**

Pontos para a prova de Monitoria (Teoria Geral do Direito Penal I): (com bolsa)

1. Princípios penais constitucionais
2. Direito Penal e Sistema Penal
3. Teoria da Norma Penal: Direito Penal Intertemporal
4. Os parâmetros do Direito Penal Internacional (Normas Penais no Espaço)
5. A Conduta na Teoria Jurídica do Crime
6. Tipo e Tipicidade Penal
7. Do Dolo e do Erro de Tipo
8. O Fato Ilícito Penal
9. Culpabilidade e Direito Penal
10. Do crime tentado

ORIENTADOR: PROFESSOR MSC. MARCOS EHRHARDT



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

Para a seleção de contratos: (Com bolsa)

1. Princípios contratuais
2. Classificação dos contratos
3. Vícios Redibitórios
4. Evicção
5. Revisão contratual
6. Proteção contratual do consumidor
7. Contratos eletrônicos
8. Compra e venda
9. Locação
10. Doação

Para a seleção de responsabilidade civil

1. Pressupostos do dever de indenizar
2. Responsabilidade contratual
3. Responsabilidade por fato de outrem
4. Excludentes da responsabilidade civil
5. Quantificação do dano moral
6. Responsabilidade dos profissionais da área de saúde
7. Responsabilidade do fornecedor no CDC



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

8. Responsabilidade do transportador
9. Responsabilidade do construtor
10. Responsabilidade civil do Estado

ORIENTADOR: PROFESSOR MSC. JOSÉ BARROS

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Relação jurídica obrigacional dentro da teoria de Pontes de Miranda; 2. Elementos da relação obrigacional; 3. Classificação das obrigações; 4. Obrigações de dar; 5. Obrigações de fazer e não fazer e formar de execução; 6. Obrigações solidárias; 7. Transmissão das obrigações; 8. Adimplemento regular; 9. Adimplemento irregular; 10. Inadimplemento e seus efeitos.

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL (Com bolsa)

1. Sujeitos de direito (personificados e não personificados); 2. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica em todas as categorias de pessoa jurídica; 3. Bens públicos; 4. Bens de família; 5. Teoria do fato jurídico (existência, validade e eficácia); 6. Vícios do negócio jurídico; 7. Prescrição e decadência; 8. Atos lícitos e ilícitos; 9. (In)validade jurídica; 10. Direitos da personalidade e dignidade humana.

DIREITO EMPRESARIAL 1

1. Características e princípios do direito empresarial; 2. Empresa; 3. Perfis da empresa; 4. Empresário; 5. Tratamento favorecido; 6. Teoria da empresa e a dicotomia do direito



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

privado; 7. Registro como requisito do empresário; 8. Bens materiais, imateriais e estabelecimento; 9. Estabelecimento como propriedade dinâmica; 10. Trespasse.

DIREITO EMPRESARIAL 2

1. Classificação das sociedades; 2. Teoria da desconsideração na personalidade jurídica nas sociedades; 3. Sociedades de pessoa e (im)penhorabilidade de suas quotas; 4. Sociedades unipessoais vs. sociedades pluripessoais; 5. Sociedades simples; 6. Categorias de sociedades de pessoa; 7. Sociedades limitadas; 8. Sociedades anônimas; 9. relações societárias; 10. Dissolução societária.

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. GABRIEL IVO

A- PROGRAMA DE PROCESSO CONSTITUCIONAL

1- ESPÉCIES NORMATIVAS:

Emenda Constitucional;

Lei complementar;

Lei ordinária;

Lei delegada;

Medida provisória;

Resolução;

Decreto legislativo;

Decreto do Executivo e outros atos normativos; e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

Vigência das espécies normativas.

2 - PROCESSO LEGISLATIVO:

Conceito;

Classificação: procedimento ordinário, sumário e especial;

Processo legislativo ordinário: competências para iniciativa, emendas parlamentares, deliberação do Legislativo, sanção ou veto, promulgação e sanção;

Procedimentos especiais para as diversas espécies legislativas; e

Limitações explícitas e implícitas ao poder reformador.

3 - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE:

Controle de validade das normas: instrumento de defesa da Constituição;

Modelos clássicos de controle da constitucionalidade no Brasil;

Espécies de inconstitucionalidade;

Controle preventivo e repressivo: Legislativo e Judiciário; e

Controle por via de exceção e controle concentrado.

B - PROGRAMA DE DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO (Com

bolsa)

1 – ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

O Estado e as necessidades públicas.

Atividade financeira do Estado.

2 – DIREITO FINANCEIRO

A Ciência das Finanças. Conceito e objeto. O tema da autonomia.

O Direito Financeiro. Conceito e objeto. O tema da autonomia.

O Direito Tributário. Conceito e objeto. O tema da autonomia.

Relacionamento com os demais ramos do direito.

Normas Gerais de Direito Financeiro.

O Estado Federal. Produção normativa no Estado Federal. Leis Federais. Leis Nacionais.

3 – RECEITA PÚBLICA – RECEITAS ORIGINÁRIAS

Ingresso e receita pública.

Classificação da receita pública.

Receitas Originárias.

Modalidades de receitas originárias segundo as fontes.

4 – RECEITA PÚBLICA- RECEITAS DERIVADAS

Receitas Derivadas.

Tributos: pesquisa semântica. Suas espécies.

Regra-matriz de incidência tributária: hipótese tributária e fato jurídico tributário;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

Regra-matriz de incidência tributária: o conseqüente normativo e relação jurídica tributária.

Fiscalidade. Extrafiscalidade e Parafiscalidade.

Repartição Constitucional das Rendas Tributárias: o modelo brasileiro;

Repartição por fonte: competência tributária da União, dos Estados e dos Municípios.

Repartição por produto: partilha de receitas.

5 – ORÇAMENTO PÚBLICO

Noção geral de orçamento. Natureza jurídica. Aspectos político, econômico e jurídico do orçamento.

Noção de Princípios. Princípios orçamentários;

As leis orçamentárias: orçamento plurianual; lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

Processo de produção da lei orçamentária;

Orçamento participativo.

Fiscalização e controle dos orçamentos.

Tipos de controle.

Tribunais de Contas.

6 – DESPESA PÚBLICA

Conceito de despesa pública. Elementos. Formas de execução. Expansão da despesa pública.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

Classificação da despesa pública. O princípio da legalidade da despesa pública. Limites das despesas públicas.

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. QUERINO MALLMANN

DIREITO EMPRESARIAL I e II

PONTOS PARA SELEÇÃO DA MONITORIA – 2010

1. Direito Empresarial: noções gerais, fontes e teoria da empresa e do estabelecimento comercial/empresarial.
2. As sociedades empresárias: conceito, classificação e constituição.
3. O Empresário individual. A capacidade e os impedimentos para o exercício do comércio.
4. Sociedades Anônimas: natureza jurídica. características. constituição. capital social. valores mobiliários. órgãos da sociedade. responsabilidade dos administradores. transformação, incorporação, fusão e cisão. Dissolução, dissolução parcial, liquidação e extinção das sociedades.
5. Direito da Propriedade Industrial – Marcas & Patentes: conceito, importância, registro de marcas, patentes de invenção e modelo de utilidade.
6. Títulos de Crédito: Teoria geral dos títulos de créditos: a) natureza da obrigação cambial; b) características: cartularidade, literalidade, autonomia, abstração, independência e legalidade.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

7. Noções de Direito Bancário e o Sistema Financeiro Nacional: as instituições financeiras no sistema de crédito; mercado financeiro e mercado de capitais; instituições financeiras públicas e privadas.
8. Contratos Mercantis: características gerais; forma dos contratos e tendências modernas.
9. Falência e Recuperação Judicial das Empresas: Pressupostos e condições do pedido de recuperação, Administrador Judicial; Assembléia Geral de Credores; Plano de Recuperação e os crimes falimentares.
10. O Direito Comercial no Brasil e o Direito Comercial Internacional: os organismos internacionais de solução e controvérsias; a OMC - Organização Mundial do Comércio.

ORIENTADOR: PROFESSOR MSC. BECLAUTE OLIVEIRA

Teoria Geral do Processo

(Com Bolsa)

- 1- Interpretação e aplicação do direito.
- 2- Duração razoável do processo e seus vínculos com a sistemática constitucional processual.
3. A teoria da ação de Liebman e a (in)compatibilidade com a teoria da asserção.
4. Pressupostos processuais de validade e de existência.
5. Litisconsórcio e assistência.
6. Intervenção de terceiro.
7. A classificação das ações e a utilidade da concepção pontiana.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

8. Prazos e sistema de preclusão
9. Teoria dos fatos jurídicos processuais.
10. Sistema de nulidades no CPC.

ORIENTADOR: PROFESSORA DRA. ALESSANDRA M.

PROVA DE MONITORIA DIREITO INTERNACIONAL

PONTOS DE ESTUDO

1. ESTADO: SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL.
2. ESTADO: DOCTRINA DA SOBERANIA E PRINCÍPIO DA NÃO-INTERVENÇÃO.
3. ESTADO: RECONHECIMENTO INTERNACIONAL.
4. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL: PERSONALIDADE JURÍDICA.
5. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÕES.
6. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL: SISTEMA DE ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS.
7. FONTES DE DIREITO INTERNACIONAL: ART. 38 ECIJ.
8. TRATADOS INTERNACIONAIS: POSSIBILIDADES DE RESERVA.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

9. TRATADOS INTERNACIONAIS: PRINCÍPIOS.
10. TRATADOS INTERNACIONAIS: PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO NO DIREITO INTERNO.

Bibliografia básica:

ACCIOLY, Hidelbrando. Manual de Direito Internacional Público. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRIERLY, James Leslie. Direito Internacional. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. 2ª. ed. Lisboa: Fundação [Calouste Gulbenkian](#), 2003. 1517 p.

MELLO, Celso D. Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Vol. I e II. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

RANGEL, Vicente Marotta. et al. Direito Internacional Público. São Paulo: Universidade de São Paulo/Departamento de Direito Internacional, 1988. (textos de aula).

REZEK, Francisco . Direito Internacional Público. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007

SEINTENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SOARES, Guido Fernando Silva. Curso de Direito Internacional Público. v.1. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

TOUSCOZ, Jean. Direito Internacional. Portugal: Europa-América, 1994.

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. ADRUALDO DE LIMA CATÃO

Filosofia do Direito I – Com Bolsa

ASSUNTOS PARA A PROVA DE MONITORIA

FILOSOFIA DO DIREITO I E II

- 1) Filosofia antiga e direito: jusnaturalismo essencialista x relativismo ético.
- 2) Aristóteles e a Lógica. A retórica e o direito.
- 3) Nascimento da filosofia cristã e a Patrística; Tomás de Aquino: o direito natural e a razão.
- 4) Corporeísmo e direito natural em Hobbes.
- 5) Empirismo e estado de direito em Locke.
- 6) Formação histórica da tradição juspositivista.
- 7) Kelsen e a pureza no direito.
- 8) Direito, linguagem e a questão da interpretação: a filosofia hermenêutica.
- 9) A teoria da argumentação e a Lógica dedutiva.
- 10) Democracia Liberal e multiculturalismo: questões envolvendo o relativismo ético.

ORIENTADOR: PROFESSOR DRA. OLGA KRELL

Programa de Monitoria – 2010



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

Sociologia I e II (Com bolsa)

Pontos de estudo para Seleção de Monitores

Sociologia I

1. Estatuto epistemológico da Sociologia do Direito.
2. Importância da Sociologia do Direito: as técnicas de pesquisa.
3. Interação social em Cláudio Souto.
4. Socialização e controle social.
5. As famílias originadas das técnicas de reprodução assistida. Principais entraves sociais e jurídicos.

Sociologia II

1. Jeitinho brasileiro nas relações sociais.
2. Acesso à justiça.
3. Pluralismo jurídico.
4. Engajamento político e social dos operadores do Direito.
5. Modernidade e pós-modernidade social a partir da obra de Boaventura de Souza Santos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. MARCOS DE MELLO

DIREITO CIVIL I

PONTOS PARA SELEÇÃO DE MONITORIA

1. Conceito de fato jurídico e classificação dos fatos jurídicos lícitos: i) fato jurídico *stricto sensu*, ii) ato-fato jurídico, iii) atos jurídicos *lato sensu*: a) ato jurídico *stricto sensu* e negócio jurídico.

2. Validade e invalidade do fato jurídico. Espécies de invalidade.

3. Fato jurídico como fonte da eficácia jurídica.

4. Sujeitos de direito. Sujeito de direito e pessoa. Sujeitos de direito sem personalidade.

5. Das pessoas. Conceito e classificação

6. Das pessoas naturais. Quem são. Início e término da personalidade.

7. Pessoas naturais. Capacidade de agir. Espécies de incapacidade. Causas de incapacidade.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

8. Das pessoas jurídicas. Conceito. Classificação.

9. Dos bens: coisa, bem, patrimônio e esfera jurídica: conceitos. Das várias espécies de bens.

10. Dos atos ilícitos. Conceito. Classificação.

BIBLIOGRAFIA: Marcos Bernardes de Mello, Teoria do fato jurídico - Plano da Existência, 16ª ed. – Plano da Validade 9ª ed., Plano da Eficácia, 5ª ed., São Paulo, Saraiva

Paulo Lobo, Direito Civil: Parte Geral, São Paulo, Saraiva, 2009

Marcos Ehrhardt Jr. Direito Civil: LICC e Parte Geral, vol. 1º, Salvador, Podium, 2009.

Volumes correspondentes à Parte Geral ou Teoria Geral do Direito Civil, nos Cursos de Direito Civil de Maria Helena Diniz, Silvio de Salvo Venosa, Orlando Gomes, Caio Mario da Silva Pereira, Paulo Nader, P. Stolz Gagliano e Pamplona Filho, (EDIÇÕES ATUALIZADAS SEGUNDO O NOVO CÓDIGO CIVIL)

ORIENTADOR: PROFESSORA DRA. LAVÍNIA CUNHA (METODOLOGIA)

(Com bolsa)

1. Epistemologia;

2. Capa e folha de rosto;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

3. Estrutura básica dos trabalhos acadêmicos (tipo e tamanho da letra, margens, alinhamentos, títulos, espaçamentos, numeração etc);
4. Resumo;
5. Resenha;
6. Relatório;
7. Pesquisa de campo;
8. Projeto de pesquisa;
9. Monografia;
10. Citações e referências.

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. GEORGE SARMENTO

Teoria Geral do Direito Constitucional e Direitos Fundamentais

(Com bolsa)

1. Poder constituinte
2. Classificação das Constituições
3. Teoria da Norma Constitucional
4. Hermenêutica Constitucional
5. Teoria dos Direitos Fundamentais
6. Liberdades Públicas
7. Garantias Processuais na Constituição Federal
8. Proteção jurídico-processual à intimidade, vida privada e imagem
9. Garantias penais na Constituição Federal



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

10. Remédios jurídicos-processuais na Consituição de 1988

ORIENTADOR: PROFESSOR MSC. FILIPE LÔBO

Direito Administrativo II

- Evolução dos modelos de Administração Pública: modelos patrimonialista, burocrático e gerencial.
- Licitações: princípios, modalidades, tipos, procedimentos, dispensa e inexigibilidade.
- Contrato administrativo: peculiaridades, cláusulas exorbitantes, formalização, publicação, execução, alteração, revisão e extinção.
- Serviços públicos: conceito, classificações, princípios.
- Concessões e permissões de serviços públicos.
- Parcerias na Administração Pública: convênios, consórcios, parceria público-privada (PPP), terceirização.

Direito Administrativo III **(Com bolsa)**

Domínio Público. Intervenção estatal na propriedade privada. Intervenção estatal no domínio econômico. Controle da Administração Pública. Processo administrativo. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Improbidade Administrativa.

ORIENTADOR: PROFESSOR MSC. THIAGO BOMFIM

Direito Administrativo I



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

Conceito, origem, finalidades e objeto do Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo; privilégios e restrições da Administração Pública.

Descentralização e desconcentração administrativa. Órgãos Públicos. Administração Indireta. Agências Reguladoras: estrutura, funcionamento, composição, controle.

Atos administrativos: atributos, elementos e extinção. A discricionariedade administrativa e seu controle; “conceitos jurídicos indeterminados”. Poderes da Administração Pública.

ORIENTADOR: PROFESSOR MSC. MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITA

Prática Jurídica

1 (Com bolsa)

(ELABORAÇÃO DE PEÇAS)

1 - HABEAS CORPUS PARA CONCESSÃO DE LIBERDADE

2 - INICIAL EM ALIMENTOS

3 - RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL

4 - INICIAL DE SEPARAÇÃO JUDICIAL

5 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

6 - INICIAL EM PETIÇÃO DE DIVÓRCIO

7 - DENÚNCIA CRIMINAL



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas**

8 - INICIAL EM AÇÃO DE DANOS MATERIAIS PERANTE JUIZADO ESPECIAL

9 - INICIAL EM DANOS MORAIS PERANTE JUIZADO ESPECIAL

10 - HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO D AÇÃO PENAL

ORIENTADOR: PROFESSOR MSC. JOÃO LEITE

DIREITO DO TRABALHO I e II. 1- Direito do Trabalho: conceito, autonomia, natureza jurídica, evolução histórica, fontes e relação com os demais ramos do Direito; 2 - Os princípios no direito do trabalho; 3 - Relação de emprego: conceito, requisitos e distinção com as demais relações de trabalho; 4 - Contrato de trabalho: natureza jurídica e tipologia(contrato por prazo indeterminado, determinado, de trabalho temporário, urbano, rural e doméstico); 5 - Terceirização: conceito, hipóteses e requisitos de validade e efeitos; 6 - Jornada de trabalho; 7 - Férias e repousos semanal remunerado; Remuneração; 8 - Estabilidade: conceito, espécies, aquisição e extinção; 9 - Extinção do contrato de trabalho: modalidades e efeitos; 10 - Direito coletivo do trabalho: conceito, organização sindical e negociação coletiva.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Faculdade de Direito de Alagoas
ORIENTADOR: PROFESSOR Dr. MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO**

Disciplina : Direito Tributário

Períodos: 6º e 7º

Programa da Prova – Monitoria

1. Noções de atividade financeira do Estado
2. Poder de tributar
3. Tributo como dever fundamental
4. Direito Tributário - conceito e fontes
5. Tributo – conceito e classificações
6. Competência tributária
7. Limitações ao poder de tributar
8. Legislação Tributária
9. Vigência. Aplicação. Interpretação e integração
10. Obrigação Tributária